

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

ciação entre mem

flituais, vai sendo

omo na Literatura.

o memória do pas

História o enred

a tradição clássic

Literatura e História II

A épica. Escritas, reescritas e transformações.

A epopeia *Os Lusíadas* tem de ser considerada, no contexto em que escrevemos, como o lugar geométrico em que a História de Portugal é condensada, interrogada e também profeticamente concebida. Na realidade, o texto camoniano é um dos altos lugares da nossa memória histórica, inscrita na literatura. Não apenas por aquilo que ele é, enquanto texto, e enquanto “lugar de memória” (Pierre Nora) de um conjunto de saberes extraordinário, espécie de *summa* que, na realidade, encontra no texto de Dante, *A Divina Comédia*, o seu modelo medieval: organização dos discursos e dos saberes históricos do mundo. Não apenas pelas inúmeras dimensões especificamente históricas que *Os Lusíadas* reflectem e que manifestam, e de que daremos como exemplo paradigmático o imaginário guerreiro e cavaleiresco que transporta a memória da fundação da nação para a escrita da Expansão além-mar. Mas também pelas razões de *memória literária* que implicam que o texto camoniano constitui, desde a sua publicação, o lugar geométrico para que converge, de variadíssimas maneiras e com diversíssimas tonalidades axiológicas e de avaliação histórica, toda a história dos textos e das instituições literárias em Portugal e em português. Sejamos claros. Uma forma inigualável (de facto inigualável) que *Os Lusíadas* têm de reflectir a História e serem eles mesmos História é o modo como representam o marco em função do qual nada do que virá *depois* deles poderá ignorar que eles ali estão. Para utilizar uma expressão feliz de Manuel Gusmão, *Os Lusíadas* são talvez o melhor exemplo, em Portugal, de algo que fica inscrito para que, depois dele, outros não possam deixar de saber que vêm *depois dele*. Centrar-nos-emos, aqui, e em primeira instância, na forma como aquilo que a epopeia camoniana faz com a História de Portugal nela recontada *transita* para os séculos seguintes, sofrendo alterações várias que, por isso mesmo, a transportam até ao nosso presente. Isto corresponde à convicção de que um dos modos de inscrição na História consiste não apenas na possibilidade de representar discursivamente o passado, o que muita da literatura conscientemente faz, mas também na capacidade que alguns textos, como *Os Lusíadas*, têm de se manifestarem eles mesmos como objectos trans-históricos, que não acabam de voltar. Assim, mesmo se dando alguma atenção à forma como a epopeia de Camões reflecte uma narrativa “historiográfico-literária” que configura alguns dos episódios mais conhecidos da nossa História (caso paradigmático do episódio de Inês de Castro), daremos particular ênfase ao modo como o texto de Camões sobrevive na História e suscita revisitações muito diversas entre si, migrando assim para géneros, períodos e autores muito distantes, por vezes ao ponto de poderem surgir como seus antípodas. Mas é precisamente o facto de *Os Lusíadas* representarem um eixo axiológico da história da literatura portuguesa que não pode aqui deixar de



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

ser considerado como um factor extraordinário, que nenhum outro texto consegue igualar.

Na sequência dos estudos de Aguiar e Silva (*A Lira Dourada...*, 2008) pode observar-se que a *ideia épica*, configurada de forma decisiva em *Os Lusíadas*, faz parte de um sistema peninsular (e não apenas português) que conscientemente avalia a História como suficientemente digna de ser validada e glorificada pela Poesia. Um dos elementos de tal glorificação ocorre, em *Os Lusíadas*, pela releitura que é feita da História de Portugal (nela integrando os episódios antecipatórios requeridos pela distância temporal entre o tempo da escrita e o tempo da acção, isto é, todos os factos posteriores à viagem de Vasco da Gama e, naturalmente, anteriores à redacção d'*Os Lusíadas*). Jorge Borges de Macedo (*Os Lusíadas e a História*, 1979) tem a respeito da profunda e íntima relação entre *Os Lusíadas* e a História um livro decisivo, em que analisa as grandes linhas de orientação e as principais características da forma como este texto é fruto de um conhecimento histórico cujos contornos e cujo alcance merecem ser objecto de reflexão, até para se compreender que a ligação entre a epopeia camoniana e a História é substancialmente complexa. A releitura que é feita da História de Portugal centra-se na caracterização de um sentimento patriótico que é feito coincidir, por Camões, com as próprias origens da monarquia portuguesa, e que na urdidura da acção épica vai ligar primeira e segunda dinastias, por um lado a afirmação e a consolidação das fronteiras peninsulares do reino de Portugal, por outro a descoberta de que tais fronteiras existem para que melhor possam ser ultrapassadas e assim se possa, como viria a dizer Pessoa, “cumprir Portugal”.

É desta forma que devemos considerar o imaginário guerreiro e cavaleiresco, plasmado quer no ideal cruzadístico que de alguma forma unifica a História de Portugal, com o seu ímpeto fundador de Reconquista cristã inextricavelmente ligado ao ímpeto das Descobertas e ao ideal da Expansão, quer na consciência de um sentimento nacional e patriótico que toma a forma *histórica* de um sentimento anti-castelhano. Os episódios bélicos d'*Os Lusíadas* devem ser lidos contra este pano de fundo, unindo num fio narrativo as três grandes batalhas que o poema narra: Ourique, Salado e Aljubarrota. A visão dada da 1ª dinastia é assim uma visão de afirmação progressiva da identidade nacional e do reconhecimento de Portugal como uma nação independente.

Não devemos no entanto esquecer, no quadro do poema camoniano e do seu ideal de glorificação da gesta dos Portugueses, simbolicamente contida, *in nuce*, na viagem de descoberta do caminho marítimo para a Índia por Vasco da Gama, que em contraponto ao ideal heróico, que a epopeia camoniana reconhece e canta como o ponto nodal da gesta dos feitos dos Portugueses, encontramos também, dentro do modelo épico relativamente contemporâneo de *Os Lusíadas*, textos que se abrem a uma dimensão polar oposta. Nestes, a experiência dos desmandos e da “lenda negra” associada a alguns dos relatos historiográficos (Gaspar Correia e Diogo do Couto, entre outros), bem como de outros poemas épicos (por exemplo Jerónimo Corte-Real) e alguns textos narrativos como os da *História Trágico-Marítima*, surge como aspectos centrais dos poemas.

Reserve-se de tudo isto que a épica quinhentista, mormente *Os Lusíadas*, representa um dos lugares maiores em que Literatura e História se tocam, cruzam e fecundam. Na obra camoniana podemos encontrar,



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

como atrás foi dito, uma espécie de *summa* do conhecimento historicamente relevante quer para a narração específica que se faz, da viagem de Vasco da Gama, quer para a narração mais lata efectuada da fundação e consolidação da monarquia portuguesa, bem como das relações entre ambos os estratos: entre outras fontes, as leituras de Camões incluem obras de geografia e de astronomia, roteiros de viagens (como o de Álvaro Velho, tripulante da primeira armada de Vasco da Gama à Índia), e textos historiográficos (com particular destaque para *As Décadas da Ásia* de João de Barros, mas também a obra de Castanheda). Quanto ao conhecimento da História de Portugal, Camões conhecia a fundo os cronistas medievais, e vários outros, como Rui de Pina ou Duarte Galvão. E a forma como a épica faz convergir, como recorda Hélio Alves, verdade épica e verdade histórica (“Corte-Real. A Evolução da sua arte”, 2005, pp. 171-199), enquanto quadro central de estruturação do seu poema, faz da epopeia camoniana um texto cuja consideração é decisiva, quer o consideremos pelo lado da Literatura, quer o olhemos pelo lado da História.

O poema de Camões tem também uma *sobrevida* pelas vias abertas que o fazem ressoar em variadíssimos textos do futuro. Seguirei algumas dessas linhas de recuperação e transformação da epopeia e da memória camonianas, sublinhando como nessas recuperações se encontra implicada uma ideia de revisitação nacional e interrogação da identidade nacional, das suas características históricas e simbólicas. Podemos dizer, com algum grau de segurança, que a epopeia camoniana passa a ser indistinta de toda e qualquer reflexão sobre a identidade histórica portuguesa, quer para a orientar polarmente para uma ideia de glória do passado nacional (*Os Lusíadas* foram para tal direccionados na sua versão didáctica mais corrente), quer para cepticamente reflectir sobre o declínio e o fim de Portugal, como sobretudo Oliveira Martins, na Geração de 70, cristaliza enquanto imagem futura, que outros como Guerra Junqueiro ou Fernando Pessoa herdarão e moldarão a seu gosto, como veremos. Sigamos pois, algumas dessas cristalizações e desses ecos da epopeia de Camões, dando conta de como ela não acaba de se reescrever na cena da História e da Literatura portuguesas.

Já vimos o *peso histórico* de que a figura de Camões se reveste no texto nuclear de Garrett, *Frei Luís de Sousa*. Antes dele, ainda no exílio, Garrett tinha publicado um poema narrativo intitulado *Camões*, a respeito do qual afirma Gabriel Magalhães (“De «Camões» ao «Romanceiro»”, 2009, pp. 169-208), em observação cujo alcance histórico deve ser especialmente sublinhado, e que, até à data, não foi ainda objecto de nenhum estudo específico (o que não deixa de ser estranho, como “ponto cego” da nossa consciência pós-colonial): o facto, por ele recordado, de a declaração de independência do Brasil ter ocorrido em 1822, e de ela ter sido reconhecida por Portugal no mesmo ano em que *Camões* é publicado, 1825. Este facto, recorrentemente esquecido, permite-nos olhar para o poema de Garrett à luz de um outro conjunto de problemas, articulados ainda com a noção de perda. No final do 1º quartel do século XIX, a independência do Brasil significa efectivamente um redimensionar da pátria que Portugal pode ser: um Brasil que, a diferentes olhares, tinha surgido como a hipótese de criar um “outro” e mais novo Portugal. Não admira, pois, que Magalhães considere *Camões* como “um texto que regressa do império” (Idem, p. 179), sendo por isso, para 1580 como para 1825, uma dupla reflexão sobre aquilo a que chama “um luto imperial”. Ora esta questão surge como um elemento



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

decisivo na legitimação de uma leitura que não é apenas nacional, mas que *começa já a ser* pós-colonial. A primeira grande perda moderna do império português ver-se-ia assim simbolicamente inscrita no regresso em perda de Camões, bem como na impossibilidade desse regresso para Garrett. A epopeia não teve pois como função única uma construção ideal da identidade nacional, ou uma glorificação da Expansão que a essa identidade foi associada. Ela abriu portas também à construção de uma ideia de *perda moderna* que acompanhou, sobretudo, a concepção de Portugal ao longo dos séculos XIX e XX. Sem Garrett, Oliveira Martins não teria podido ler Camões como o canto do cisne de Portugal como *nação portuguesa*. Ora, Oliveira Martins, o historiador que sob vários pontos de vista herda e prolonga o magistério historiográfico de Herculano, moldará a interpretação colectiva que estará na base dos decisivos eventos históricos que acompanham o final da monarquia, na passagem do século XIX para o século XX, e entrará na conformação de muitas gerações novecentistas, em particular na primeira parte do século. Com Guerra Junqueiro, outra figura paradigmática de reflexão literária sobre a identidade nacional (associada à ideia de decadência nacional), Oliveira Martins fará entrar no século XX, ligada à ideia da epopeia camoniana, uma reflexão sobre Portugal de que ainda hoje podemos considerar-nos herdeiros. A relação com o passado, que sustenta o pensamento histórico, é variável em termos de extensão e em termos de juízo avaliativo, o que significa que a consciência de aparecer “fora de tempo” é um dos fenómenos históricos de contornos mais complexos e mais interessantes de seguir. Para que isso aconteça, é necessária uma consciência temporal heterogénea, que integra a compreensão de que a ideia de progresso (fundadora do pensamento positivista) não permite descrever a totalidade das formas históricas que os objectos e os fenómenos podem tomar e efectivamente tomam. Este é, em traços gerais, o fundo do problema aqui equacionado através do exemplo de Guerra Junqueiro, ou melhor, da forma como a articulação entre Junqueiro e a sua leitura por Pessoa corresponde a uma forma histórica de, no século XX, se receber a epopeia e a transformar, revendo-a. A epopeia, essa, continua sempre a regressar, não se cansa de o fazer.

A leitura de Junqueiro não pode não estar afectada por esse potencial anti-moderno (que faz parte da sua densificação histórica), quer ao nível da dicção, quer ao nível simbólico-literário. Entretanto, esse potencial de anti-modernidade surgiu precisamente como o terreno em que melhor se alicerçou, também, o seu potencial de futuro (pelo menos, o futuro *daquele* particular passado que foi o seu presente).

Há em Guerra Junqueiro e Oliveira Martins a proposta de uma *ideia histórica* de Portugal que, também em ambos, não surpreende ver-se polarizada em torno da figura (poligonal) de Camões. Era aliás o próprio Junqueiro o primeiro a reconhecer que o seu poema *A Pátria* continha uma ideia de ressurgimento da Nação em torno das figuras, para ele emblemáticas, de Nun'Álvares e de Camões. Mas, no mesmo poema, atenção especial deve ser dada, no contexto presente, à figura do Doido, bem como as relações que estabelece com o políptico de Oliveira Martins e a caracterização que ele faz da História de Portugal. Já Hélder Macedo (“*A Mensagem e as mensagens...*”, 2006, pp. 150-164), com justeza, sublinhara a visão orgânica da História de Portugal de Oliveira Martins e a sua impossibilidade ontológica (e por isso paradoxal existência histórica) como “visão fantasmática de Portugal”, lembrando a caracterização que este autor faz do país como uma



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

nação “decrépita e doida”, caída em “estado comatoso” (Idem). Ora a figura do Doido é no poema de Junqueiro central, transportando memórias simultaneamente shakespearianas e camonianas – visto que ao seu recorte alusivo a tragédias como *Hamlet* ou *King Lear* se acrescenta o facto de que é explicitamente associado à figura de Camões – mas também à dinastia espectral dos Braganças, desfilaro perante D. Carlos. Esta dimensão espectral e fantasmática, associada àquela outra representada pela figura do Doido, introduz no poema um modo de reflexão que faz convergir a questão político-social com a questão mítico-simbólica.

O projecto literário de Junqueiro parece propor a reescrita da epopeia como *o lugar moderno* por excelência – no que seria um projecto claramente deslocado, ou pelo menos de conformação paradoxal, como a futurante *Mensagem* (previamente intitulada *Portugal*, como sabemos) deixaria entrever. A construção da modernidade da *Mensagem* precisa, assim, da retaguarda que Junqueiro lhe oferece como mediação camoniana. Camões e em particular *Os Lusíadas*, os grandes silenciados na obra de Pessoa, são-no também pela sua incorporação através de Junqueiro e pela forma como são anexados, via Oliveira Martins, como particular obsessão apocalíptica que em *Mensagem* se acoplará ao visionarismo do Quinto Império.

Outra forma de diferentemente “acoplar” a epopeia camoniana com o impossível presente é, no seguimento do poema (quase-)épico de Cesário Verde, “O Sentimento dum Ocidental”, o romance de António Lobo Antunes, *As Naus* (1988). Se romancista contemporâneo há, em Portugal, para quem a inquietação e a ansiedade de pertença identitária estão no âmago do seu projecto literário, ele é António Lobo Antunes, e as quase 4 dezenas de títulos que publicou desde 1979. Diga-se desde já que tomaremos este romance como uma *escrita desviada* da epopeia *Os Lusíadas* – uma paródia, no sentido mais nobre, de homenagem e crítica e desvio histórico, à epopeia camoniana: esta escrita desviada é mais uma das conformações históricas que a reflexão sobre a História vai tomando. Atrás, era a retaguarda junqueiriana que dava *forma histórica* à memória épica. Aqui, é a reescrita alterada antuniana que revisita a mesma memória e a traz historicamente para o presente, dando conta das transformações a que este presente a tem de sujeitar. Toda a obra antuniana é uma longa reflexão que, integrando uma extrema multiplicidade e diversidade de pontos de vista efabulatórios, não pode nunca deixar de ser reconduzida àquilo a que podemos chamar a *condição histórica do Portugal pós-imperial*. Mas, enquanto em outros autores esta dimensão pós-imperial era vivida (ou talvez antecipada) como uma porta de acesso ao lugar da pacificação, em Lobo Antunes o que sobressai é a impossibilidade de *regressar* dessa condição. Quem teve o “conhecimento do Inferno” (título de um dos seus romances), quem conheceu a guerra de África, quem viveu como representante da potência colonial e agente da sua opressão bélica não pode, depois, voltar atrás. Quem acedeu ao Inferno não pode regressar ao Paraíso. A experiência colonial e pós-colonial neste autor é, pois, decisiva, e não se restringe à experiência da guerra, embora esta constitua o núcleo do trauma que fica inscrito, a nível individual e colectivo, na História do país que é Portugal. Por ser um dos mais próximos re-escritores da epopeia (mas não o mais próximo), integro a obra antuniana neste ponto e faço-a seguir da de Gonçalo M. Tavares. Mas Lobo Antunes deve também figurar na memória pós-colonial directa (e não apenas da guerra, mas dos seus choques posteriores),



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

tal como aliás Gonçalo M. Tavares deve figurar na memória (estranhamente diferida entre nós) do Holocausto.

Para considerarmos a obra de Gonçalo Tavares, *Uma Viagem à Índia*, como uma reescrita, paródica também, de *Os Lusíadas*, temos de nos dar conta da existência de um legado heterogéneo no pensamento utópico, que o leva a hesitar entre estabilidade, ou mesmo rigidez, por um lado, e transformação e processo, por outro. A invenção de lugares simbólicos (principalmente literários) que tenham tido a experiência da utopia, sejam eles a *Utopia*, de More (1516), *A Cidade do Sol*, de Campanella (1623), ou *1984*, de George Orwell (1934), necessariamente tende para a primeira hipótese (estabilidade), enquanto a utopia mais imediatamente relacionada com um futuro, desejado ou temido, parece sublinhar a segunda (transformação), como vimos acontecer por exemplo em Pde António Vieira (*História do Futuro*) ou Fernando Pessoa – e como aliás o grande historiador do pensamento utópico, que foi Ernst Bloch (*The Principle of Hope*, 1986), sublinha. Fredric Jameson, outro importante ensaísta que se tem debruçado sobre o utopismo sob diferentes perspectivas, propõe a este respeito a distinção entre utopia como “programa” e como “impulso” (“Varieties of the Utopian”, 2002, pp. 1-9), sublinhando as suas diversas implicações. O próprio Bloch está mais interessado na última (o impulso) do que na primeira (o programa). Na realidade, o “princípio de esperança” de Bloch, pelo qual a utopia é vista sobretudo como uma ligação entre o futuro e o presente, ou seja, como uma forma antecipatória de realismo, sublinha uma das principais questões no pensamento utópico: o facto de que ele pressupõe um confronto entre (e por isso uma tomada de consciência de) *aquilo que é* e *aquilo que*, nos agudos termos de Bloch, provém do *Ainda-Não* (*Noch Nicht*). O saber relativo a este “Ainda-Não-Consciente”, consubstanciado na dimensão antecipatória do futuro, dirige-se a esse mesmo futuro e consiste na esperança de que a utopia e os princípios daquele que será um “mundo melhor” um dia existirão. É este “impulso” e esta dinâmica que seguirei na relação entre por um lado *Os Lusíadas*, o poema épico publicado por Camões em 1572; e por outro *Uma Viagem à Índia*, uma reescrita paródica de *Os Lusíadas* publicada por Gonçalo Tavares em 2010. No texto camoniano, a produção utópica liga-se directamente à atmosfera de sacração intelectual e sexual, de sabedoria (a “máquina do mundo”) e de abundância material, encontrada na ilha, que permite ler este episódio de *Os Lusíadas* como o clímax do poema: a consagração dos heróis e a construção da utopia dirigida ao futuro e ao “princípio da esperança” que o constitui. A Ilha dos Amores é, em toda a sua extensão, a invenção figurativa do “Ainda-Não Consciente” que tem um papel tão importante no pensamento de Bloch sobre a utopia. É, pois, uma forma decisiva de pensar a História, porque não se trata apenas de *imaginar* um lugar *imaginado*, mas, e talvez sobretudo, de antecipar a construção de um futuro histórico que, apesar de não ter ainda data definida, não deixa de ser considerado como tempo-na-História. Uma verdadeira *História do Futuro*, como queria António Vieira (e Pessoa).

Uma Viagem à Índia é uma reescrita paródica de *Os Lusíadas*, reescrita muito interessante e complexa. Apresenta-se estruturalmente como um poema épico – e mesmo, como veremos, um *determinado* poema épico, específica reescrita da epopeia camoniana. Mas a verdade é que dificilmente o poderíamos considerar uma epopeia. Eduardo Lourenço refere-se a este texto como “sobretudo [um]a contra-epopeia, ao mesmo tempo luminosa, paródica e burlesca” (“Prefácio: uma viagem...”, 2010, p. 15). Mas a sua proximidade de (e



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

mesmo *aproximação a) Os Lusíadas* implica, em nosso entender, que é (ou quer ser) *mais* do que “apenas” uma contra-épica. Em certo sentido, é a própria noção de *aggiornamento* que aqui está no centro da discussão e, através dela, a de *diferimento cultural*, ou da cultura como repetido diferimento. Talvez não seja errado relacionar esta obra de Tavares com a recuperação (também ela irónica) de uma estética da imitação de que a nossa originalidade de origem romântica tanto julga encontrar-se alheada, sem o conseguir, sem o poder: sob que condições é hoje possível escrever algo que *responde* à épica, sendo todavia devedor do que neste início do século XXI a tornou impossível, ou pelo menos difícil e precária? Esta resposta ou reescrita é, pois, e como todas as outras, uma profunda homenagem, que tem de ser reconhecida como parte integrante de uma contra-leitura da epopeia e da sua complexa e perturbadora recepção na modernidade. O mesmo Gonçalo M. Tavares tem, na sua já muito vasta obra, muitas narrativas que não podem deixar de ser lidas com o pano-de-fundo do Nazismo e em particular do Holocausto, evento histórico que teve na literatura portuguesa um surpreendente pouco eco (talvez por termos sido um país neutro? Talvez pelo efeito da censura?). O certo é que, no início do século XXI, e “a contra-pêlo”, Gonçalo M. Tavares revisita o que tinha ficado por dizer (talvez fique sempre por dizer), e em quase nenhuma das suas narrativas nos podemos alhear de uma História que vive embrenhada no coração sombrio das trevas do Holocausto, sem delas nunca se livrar, como em Kafka.

Seja como for, parece natural que ao longo do século XX encontremos um conjunto de representações literárias que reflectam a presença obsessiva, através das mais variadas formas de expressão literária, do imaginário e da realidade das guerras. As perturbações sociais que eclodem na cena europeia (e mundial) através dos dois conflitos mundiais completam-se com a consciência da Guerra Civil de Espanha (que forma o cenário mais amplo de um romance como *O Ano da Morte de Ricardo Reis*, 1984, de José Saramago) e, mais tarde, com a experiência traumática da guerra colonial e do conjunto de perdas e dores a que deu origem. Acresce a isto que a entrada de Portugal no século XX tinha ocorrido à sombra da enorme turbulência política e social causada quer pelo *Ultimatum* inglês, com as inúmeras reacções de revolta que atravessaram a sociedade portuguesa da época; quer pelo regicídio que vitimou D. Carlos em 1908 e a subsequente implantação da República, em 1910. Se a tudo isto juntarmos as perturbações sociais que caracterizaram a 1ª República, a instauração da ditadura em 1926, e o seu fim do Estado Novo em 1974, teremos um quadro de enorme conflitualidade que não pode deixar indiferentes aqueles que a ele assistem e sobre ele reflectem, assim abrindo a representação do fenómeno literário ao fazer de uma História que, no próprio momento em que acontece, deixa atrás de si um rasto sangrento e de grande perturbação. Os escritores novecentistas respondem a esta situação pela imersão, como dissemos entre si muito diferenciada, numa realidade política e social a que a Literatura não pode ficar alheia. E fazem-no através da manifestação de uma tomada de consciência de cidadania que pode dizer-se marca a forma como todo o escritor vive e certamente escreve.

Um dos conjuntos de textos que constituem manancial para a equação das relações entre Literatura e História, ao longo do século XX, é constituído por textos de cunho diarístico, memorialístico e autobiográfico. Clara Rocha (“O Memorialismo”, 2011, pp. 375-396) que, juntamente com Paula Morão, é das vozes críticas



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

que mais consistentemente tem estudado este tipo de produção literária entre nós, tece a este respeito as seguintes considerações: “O memorialista escreve não apenas para dar corpo de eternidade ao seu próprio tempo vital, mas também para preservar a memória de acontecimentos, figuras, ideias e valores que enquadram esse tempo. Ele é um autobiógrafo com o sentido da história (...). Nessa tensão entre um «eu» e a história se constroem os relatos memorialísticos, destinados a assegurar a conservação e a transmissão de um património que é parte integrante da consciência histórica. (Idem, p. 375)”

É nesta perspectiva que convirá reter nomes como por exemplo Raul Brandão, com os dois volumes de *Memórias*, publicados respectivamente em 1919 e 1925; ou Teixeira de Pascoaes, *Livro de Memórias*, 1928; Aquilino Ribeiro, *Um Escritor Confessa-se* (1974) e *É a Guerra* (1934), este último especificamente sobre a Primeira Guerra Mundial, que aliás provocou um grande número de textos deste género; José Gomes Ferreira, *A Memória das Palavras ou o Gosto de Falar de Mim* (1965); Miguel Torga, um dos mais atentos espectadores do século XX, os dezasseis volumes de *Diário*, iniciado em 1941; Vergílio Ferreira, os volumes de *Conta-Corrente*, publicados a partir de 1974. Convém ainda recordar, além dos já mencionados, alguns outros ecos que a Guerra Civil de Espanha teve entre nós, desde a obra de José Rodrigues Miguéis, empenhado defensor da causa republicana, até ao extraordinário poema de Carlos de Oliveira “Guernica” (*Trabalho Poético*), descrevendo os horrores de uma guerra fratricida (e já europeia), que mutila e desfaz toda e qualquer forma de identidade. Devemos ainda referir-nos, pela sua importância de enquadramento e pelo seu carácter sistemático e de escola, ao movimento neo-realista que, de forma mais ou menos coesa teve, sobretudo entre a década de 1940 e o final da década de 1960, um extraordinário papel de agitador das consciências e de representação directa da realidade política, humana e até mesmo etnográfica que constituía Portugal, que em meados do século XX se encontrava em processo de acelerada transformação histórica, frequentemente com consequências contraditórias e heterogéneas. Alguns dos nomes mais importantes deste movimento, como Alves Redol, Manuel da Fonseca, Mário Dionísio, ou José Gomes Ferreira evocam a atmosfera sufocante dos anos 60 e a procura, por vezes desregrada, da liberdade, a fuga política, a luta contra a repressão. Bastará pensar em obras como *Avieiros* (1942) ou *Gaibéus* (1939), de Alves Redol, *Aldeia Nova* (1942) ou *O Fogo e as Cinzas* (1953), de Manuel da Fonseca, ou ainda *O Dia Cinzento e outros Contos* (1944), de Mário Dionísio.

A realidade pós-colonial, na literatura portuguesa, foi despertada como vimos pela obra de António Lobo Antunes, toda ela uma longa reflexão que, integrando uma extrema multiplicidade e diversidade de pontos de vista efabulatórios, não pode nunca deixar de ser reconduzida àquilo a que podemos chamar a *condição histórica do Portugal pós-imperial*. Tal reflexão prolonga-se em autores vários como Dulce Maria Cardoso, Lídia Jorge, Helder Macedo, Maria Velho da Costa – um mundo sacudido pelos ventos da História, e uma representação agitada das permanentes instabilidades que nele se manifestam, sempre com a consciência lutuosa de uma História que inexoravelmente produz vencidos e deserdados.

A par de tudo isto, a literatura integra, da visão histórica, a história da diversidade das transformações sociais. Desde o final do século XVIII, assistimos à entrada quase inesperada de tipos e personagens que



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

deixam de corresponder aos padrões da “alta literatura” e aos temas canónicos, para começar a “esgarçar” o tecido literário com um outro tipo de História: o poeta toma o seu chá e fuma (Correia Garção, e Cesário Verde fá-lo “freneticamente”); Camilo Castelo Branco faz a crónica de pequenas histórias de interesses, de traições pessoais e sociais, de regras e leis aceites ou traídas, de emigrantes regressados (os “brasileiros”) que se tornam um símbolo dos novos tempos, de caciques locais cujos micropoderes se desdobram nas relações intrafamiliares e nas relações afectivas, de estruturas políticas que dão conta das fragilidades do sistema parlamentar (de que Garrett também se apercebera), das complexas teias que se vão tecendo entre ruralidade e espaço urbano, do poder do incipiente capitalismo na construção de uma sociedade que se dizia ser nova. A narrativa de Camilo Castelo Branco é um dos mais complexos painéis da sociedade portuguesa no século XIX, e um manancial literário que contém arquivados casos e procedimentos de um Portugal que a guerra civil da primeira parte do século e o regime parlamentar subsequente não tinham podido totalmente emancipar do obscurantismo. Dificilmente a queda do Antigo Regime e a entrada no Portugal contemporâneo teriam podido encontrar melhor cronista do que este escritor, encadeado pelas perturbações passionais, históricas e sociais que experiencia e descreve. Se a isto acrescentarmos o desenvolvimento da moda do folhetim, e a forma como este género novo reflectia as condições da nova vida urbana que cada vez mais se acoplava à noção de sociedade moderna, não será difícil encontrar, nos textos folhetinescos de Júlio César Machado e de António Pedro Lopes de Mendonça, uma galeria interessantíssima de procedimentos típicos de uma sociedade que a História se encarregava de mudar, de forma cada vez mais acelerada. Por outro lado, enfim, começa a surgir em diferentes romances a crítica directa a situações como o tráfico de escravos, que podemos considerar como um dos tópicos históricos que mais impacto tem dentro da representação narrativa: os navios negreiros e aqueles que à custa do tráfico de escravos, entre África e o Brasil, continuavam a enriquecer, apesar da abolição do tráfico em 1836, constituem talvez um dos marcos deste tipo de interesse, cujo alcance histórico e também político deve ser sublinhado (lembramos a abolição da escravatura em todo o império português, em 1869). Até Maria de Monforte, d’*Os Maias*, de Eça de Queirós, filha de um “negreiro”. Mas também a emigração, quer interna (do campo para a cidade), quer de Portugal para outros países (no século XX para fugir à guerra colonial e para encontrar melhores condições de vida): tudo isto está espelhado em inúmeros textos literários, de vários modos.

Bibliografia: ALVES, Hélio, “Corte-Real, a evolução da sua arte”. *Península: Revista de Estudos Ibéricos*. N.º 2, 2005, pp. 171-199; ASSMANN, Aleida, *Cultural Memory and Western Civilization. Functions, Media, Archives*, Cambridge, Cambridge University Press, 2011; BARBÉRIS, Pierre, *Prélude à l’Utopie*, Paris, PUF, 1991; BLOCH, Ernst, *The Principle of Hope*, Oxford, Blackwell, 1986 (1954-1959); FOUCAULT, Michel, “Droit de mort et pouvoir sur la vie”. *Histoire de la Sexualité*, tome I, *La Volonté de Savoir*. Paris, Gallimard, 1976, pp. 175-221; GOETHE, Johann Wolfgang von, *Dichtung und Wahrheit*, Parte I, Livro I, cit. por Isabel Maria Barreira de Campos, *O Grande Terramoto (1755)*, Lisboa, Editorial Parceria, 1998, p. 525; HALBWACHS, Maurice, *La Mémoire Collective*, Paris, PUF, 1967; HUTCHEON, Linda, *Historiographic Metafiction. Parody*

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

and the Intertextuality of History, Baltimore, Johns Hopkins University Press, 1989; JAMESON, Fredric, "Varieties of the Utopian". *Archaeologies of the Future. The desire called utopia and other science fictions*. London, Verso, 2002, pp. 1-9; LOURENÇO, Eduardo, *Pequena meditação europeia*, Lisboa, Editorial Verbo, 2011; Id., "Prefácio: uma viagem no coração do caos". TAVARES, Gonçalo, *Viagem à Índia*. Lisboa, Editorial Caminho, 2010; MACEDO, Hélder, "A Mensagem de Fernando Pessoa e as Mensagens de Oliveira Martins e de Guerra Junqueiro". *Trinta Leituras*. Lisboa, Editorial Presença, 2006, pp. 150-164; MACEDO, Jorge Borges de, *Os Lusíadas e a História*, Lisboa, Editorial Verbo, 1979; MAGALHÃES, Gabriel, "De «Camões» ao «Romanceiro»". *Garrett e Rivas. O Romantismo em Espanha e Portugal*, vol. I. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2009, pp. 169-208; MATOS, Sérgio Campos, "História, memória e ficção: que fronteiras?". *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*. v. 8, n. 17, 29 abr. 2015, pp. 414-426; MATTOSO, José, *Identificação de um país. Ensaio sobre as origens de Portugal (1096-1395)*, Lisboa, Editorial Estampa, 1985; NIETZSCHE, Friedrich, *Unzeitgemässe Betrachtungen*, Leipzig, 1873-1876; NORA, Pierre, *Lieux de Mémoire*, Paris, Gallimard, 1997; RICOEUR, Paul, *La Mémoire, l'histoire, et l'oubli*, Paris, Seuil, 2000; ROCHA, Clara, "O Memorialismo". ROCHA, Clara, BUESCU, Helena Carvalhão, GOULART, Rosa Maria, *Literatura e Cidadania no século XX*. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2011, pp. 375-396; SAID, Edward, *On Late Style*, London, Bloomsbury, 2006; SILVA, Vítor Aguiar e, *A Lira Dourada e a Tuba Canora. Novos ensaios camonianos*, Lisboa, Livros Cotovia, 2008; WHITE, Hayden, *Metahistory. The historical imagination in nineteenth-century Europe*, Baltimore, Johns Hopkins University Press, 1973; YATES, Frances, *The Art of Memory*, London, Routledge, 1996.

Helena Carvalhão Buescu